



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao
Desembargador Márcio Martins Ferreira*

02/09/2015

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Dr. José Rodrigues Arimatéa (Juiz Diretor do Fórum da cidade natal do homenageado e Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

ENCERRAMENTO - Des. Sérgio Jacintho Guerrieri Rezende (Decano do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o Desembargador Márcio Martins Ferreira, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

O desembargador Márcio Martins Ferreira e seus 43 anos de dedicação ao Judiciário, quase 22 deles no Tribunal de Justiça de São Paulo, foram o tema da mais recente edição da Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante, ocorrida ontem (2) no Salão do Júri do Palácio da Justiça. A intenção do Tribunal é preservar a memória de homens e mulheres exemplares na sua conduta pessoal e no comprometimento com a instituição.

Márcio Martins Ferreira nasceu na cidade de Franca em 1907 e, dentre diversas atribuições de destaque, foi o presidente do TJSP no biênio de 1966/1967. Coube ao atual diretor do fórum da cidade natal de Martins Ferreira, juiz José Rodrigues Arimatéa, a responsabilidade de ser o orador da ocasião:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, DESEMBARGADOR JOSÉ RENATO NALINI, aqui representado pelo Desembargador SÉRGIO GUERRIERI REZENDE, a quem muito agradeço pela honrosa distinção a mim concedida para falar do Desembargador MÁRCIO MARTINS FERREIRA, por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da criação desta Augusta Corte;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Arthur Marques da Silva Filho, Presidente da Seção de Direito Privado;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Ricardo Mair Anafe, Presidente da Seção de Direito Público;

Senhores Desembargadores Cláudio Hamilton Barbosa e Ênio Santarelli Zuliani;

Juizes Assessores, meus colegas, nossos Servidores, senhoras e senhores.

Honrado com o convite que me foi formulado por Sua Excelência, o Desembargador JOSÉ RENATO NALINI, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, motivo de muitas horas de pesquisa, o que me permitiu conhecer a história desta Corte, porque a história do homenageado com ela se confunde, nos vinte e dois anos que aqui julgou, passo a me desincumbir do encargo.

MARCIO MARTINS FERREIRA

Nasceu em Franca, Estado de São Paulo, no dia 08 de dezembro de 1917, filho de Franklin Martins Ferreira e Dona Julieta dos Santos Ferreira, e teve a sua infância vivida em Franca-SP, a conhecida terra do Sertão do Capim Mimoso, ali iniciando seus estudos no tradicional Colégio Champagnat. Depois, transferiu-se para o Colégio Guerreiro, em São Paulo-SP e, em seguida, para o Colégio São Luiz, em Jaboticabal-SP. A este último Colégio se referiu o Doutor Márcio, quando em oração de despedida do Desembargador Thrasybulo Pinheiro de Albuquerque, relembrando a fusão do espírito de fraternidade de várias gerações de estudantes, que incluía também o Desembargador Olavo Guimarães, tudo sob a alquimia do Professor Aurélio Arrobas Martins.

Concluído o ensino médio, foi admitido no Curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a conhecida Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde colou grau em 1934. No mesmo ano, por Decreto de 13.7, foi nomeado para o cargo de Promotor Público da Comarca de São Joaquim da Barra-SP. Dois anos depois, por Decreto de 11.8.1936, foi comissionado na Consultoria Jurídica do Departamento de Assistência Social do Estado de São Paulo.

Um ano depois, por Decreto de 19.8.1937, foi comissionado como Auxiliar de Gabinete do então Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Doutor Sylvio Portugal, o que se deu durante o Governo do Doutor Armando de Salles Oliveira.



Encerrada a comissão, em 20.9.1938, retornou à Comarca de São Joaquim da Barra-SP, de onde foi removido, por Decreto de 03.5.1939, para a comarca de Mogi Mirim, assumindo a promotoria em 22.5.1939, e, em seguida, para Itapira, nomeado pelo Decreto de 29.8.1939, assumindo em 02.9.1939. Nas três Comarcas, deixou amigos e admiradores, em razão da sua atuação brilhante e equilibrada, aliada a um senso político raro.

Transferido para a Capital, em 16.5.1944, foi comissionado na 10ª Promotoria, assumindo, em 13.12.1944, também por comissionamento, a 2ª Curadoria de Casamentos da Capital. Assumiu, também por comissionamento de 01.1.1945, a 5ª Promotoria Pública da Capital, nela permanecendo até 23.12.1945. Seu último comissionamento como Promotor Público, foi na 18ª Promotoria Pública, acumulando, também a 1ª Curadoria de Massas Falidas da Capital, nelas permanecendo até 1949, quando foi designado para officiar perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, como adjunto do Procurador Geral da Justiça. Logo, foi alçado ao cargo de Procurador de Justiça, primeiro como comissionado (1950) e depois como efetivo (1951), na vaga deixada pelo Doutor João de Deus Cordeiro de Mello. Já em 1951, figurou em lista tríplice organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o preenchimento de vaga do quinto constitucional. Em 1955 foi alçado à condição de Procurador-Chefe do Ministério Público Paulista (hoje Procurador Geral de Justiça), escolhido pelo Governador Jânio Quadros em lista tríplice que contava com Mário de Moura Albuquerque e Francisco Eugênio do Amaral, sendo o primeiro Procurador Geral de Justiça após a autonomia do Ministério Público em relação ao Poder Executivo. Nessa condição, participou do Congresso da Classe em Haia. Não permaneceu muito tempo no cargo, pois um ano depois, ou seja, em 1956, figurou novamente em lista tríplice organizada pelo nosso Tribunal de Justiça, como candidato à vaga deixada pelo Desembargador Colombo Pereira de Queiroz, ao lado João Batista de Arruda Sampaio e Mário Tobias de Moura Albuquerque, e nomeado, em 27 de fevereiro de 1956, Desembargador desta Augusta Corte, tomando assento, dois dias depois, na 1ª Câmara Criminal, cuja presidência, mais tarde, assumiu e nela permaneceu por 07 (sete) anos.

Em dezembro de 1963, foi eleito 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e, no biênio 1966/1967, foi alçado por seus pares à 1ª Vice-Presidência desta vetusta Corte.

Quando na 2ª Vice-Presidência, na gestão do Governador CARVALHO PINTO, defendeu com bravura o direito dos Magistrados à sexta parte e ao regime de aposentadoria integral.

Mais tarde, para o biênio 1968/1969, prosseguindo em sua gloriosa trajetória, foi eleito, com expressiva votação, para dirigir os rumos do Tribunal de Justiça Bandeirante, tornando-se o seu Presidente. Seus passos deixaram fundos nas terras do planalto de Piratininga, de modo a ser possível segui-los mesmo depois de anos de sua passagem para a inatividade e mesmo depois do seu chamado para a *Eternidade*.

Em sua presidência, empossando o Desembargador Young da Costa Manso, fez um primoroso pronunciamento sobre o Magistrado que deu nome ao salão onde se reúne, hoje, o Tribunal Pleno, demonstrando seu apreço pela história dos grandes homens, verdadeiras joias que adornaram as colunas de sustentação da Magistratura de hoje. Disse ele naquela ocasião: *“Há nesta Sala uma imagem grandiosa que nos ilumina sempre, porque é o patrono deste Salão Nobre: o eminente e inesquecível Ministro Costa Manso, que deixou para nós a mais admirável das recordações, que foi um grande luminar do Direito e que deixou também, na ausência, dois representantes de sua cultura e de toda sua grandeza como jurista e como magistrado... Esta Presidência, lembrando o nome admirável do Ministro Costa Manso, recordando a ausência do querido desembargador Odilon da Costa Manso, ela se volta para Vossa Excelência com aquele mesmo carinho e aquela mesma admiração com que sempre viveu à sombra do Ministro Costa Manso e ao lado de Odilon da Costa Manso”*. Era um cultor das nossas mais nobres tradições e um amante inigualável da boa retórica.

Por suas mãos, o Poder Judiciário de São Paulo foi elevado à altura que lhe cabia no concerto dos Poderes do Estado.

Foi Presidente, por duas gestões, da nossa querida Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS), onde encaminhou e conseguiu o reconhecimento de pleitos e anseios há muito aguardados por nossos magistrados. Representou a Magistratura brasileira no Congresso de Magistrados, realizado em 1963 em Haia-Holanda.



Já no primeiro ano da sua Presidência, realizou o “*Dia da Justiça*”, onde promoveu o conagraçamento dos Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, oferecendo-lhes hospedagem e afeto. Coube a ele, por designação do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, fazer a saudação aos Chefes dos Poderes Judiciários dos Estados, o que fez com o seu costumeiro brilhantismo, merecendo do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Desembargador Balthazar Gama Barbosa, um eloquente agradecimento.

Em janeiro de 1971, O Doutor Márcio fazia tornar realidade o sonho de gerações de magistrados, conseguiu a concessão, por trinta anos, prorrogáveis por mais trinta, do terreno, onde está hoje instalada a Sede social da nossa APAMAGIS. Zelava com verdadeira devoção pelo bem estar de todos os magistrados, destacando-se na melhoria dos convênios hospitalares.

Seu último pronunciamento público foi no dia 11 de agosto de 1977, na Faculdade de Direito de Franca, para onde acorreram seus conterrâneos para ouvir sua eloquente oração.

De inteligência privilegiada, afável por excelência, no dia 07 de dezembro de 1977, se apresentava, de cabeça erguida, com a bagagem da sua história, para receber o abraço de despedida do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pois no dia seguinte completaria 70 anos de idade. Naquela ocasião, perante o Tribunal Pleno, assim se pronunciou o Desembargador Gentil do Carmo Pinto, Presidente da Corte Bandeirante naquela ocasião:

“Promotor de Justiça percuciente, Juiz equânime, confrade cordial, Márcio Martins Ferreira engrandeceu o Ministério Público e a Magistratura com a brilhante atuação de um espírito privilegiado, servido pela clarividência, cultura e respeitabilidade.

Sua vida transcende os moldes comuns. Um ser, na Gestalt teoria, como os outros, que pensa, sente e age simultaneamente, mas que dele se destaca pela inteligência, afetividade, proficiência, honorabilidade; pela conduta do “gentleman”, aristocrática, cavalheiresca.

Um padrão na esfera intelectual, comunicativa e de trabalho. Pensamento elevado, coração aberto à cortesia e à confraternização, ação devotada.

Realizou a definição de coragem de Hemingway – “grace under pressure”.

Diplomata por índole, nos cargos de direção desta Corte, especialmente na sua Presidência, sob a pressão das dificuldades ocorrentes, jamais abdicou da serenidade, da prudência que não rompe o diálogo, da elegância das atitudes comedidas.

Sua personalidade é uma polifonia de “beau gestes”. Figura de harmonizações, avesso à dissonância, seu comportamento profissional e particular reflete a cadência rítmica do equilíbrio, suas ações guardam compasso com o justo, o retilíneo, o bom, o excelso, numa melodia de valor, bom-senso, fidalguia, compreensão, nobreza, ponderação, grandeza”.

Certa feita, narra o Doutor Alfredo Palermo, Professor e Deputado constitucionista de 1946, que o hino da centenária Franca, era um presente do Doutor Márcio Martins Ferreira. Dizia ele que o musicista Waldemar Roberto, grande paulista e autor de numerosas páginas musicais, fora a Brasília apresentar, ao Poder Constituído, o hino da Capital Federal, que tinha música de sua lavra e letra da prodigiosa inteligência de Guilherme de Almeida, o Poeta das Arcadas. Ali conheceu o Doutor Márcio. A amizade surgida rendeu ao Doutor Márcio um raro presente: O HINO DA FRANCA, que naquele momento era apenas a música. Enviado a Alfredo Palermo, em meados da década de 1960, a este coube fazer a letra, o que levou a cabo com a sua conhecida dedicação. De volta às mãos do Doutor Márcio, Waldemar Roberto se encarregou de pedir à *Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de São Paulo*, ainda naquela época conhecida como *Força Pública*, que executasse e gravasse, em um disco de vinil de 33 rotações, a música e a letra, resultando no hino que foi adotado pela Lei Municipal nº 1833, de 15 de dezembro de 1969.

Conta a memória popular da centenária Franca, que o Doutor Márcio, desde jovem, dotado de grande bondade, gostava de andar pela cidade e visitar seus inúmeros afilhados, aos quais levava sempre uma lembrança da sua generosidade.

No dia 14.11.1993, com a mesma humildade e serenidade que o caracterizou, foi chamado pelo Criador a atravessar a ponte da eternidade e se apresentar perante o Tribunal da Justiça divina, registrando-se, naquela data, para nós humanos, o seu falecimento.



Como todo homem carismático, não deixou sucessores, pois, ao que diria Napoleão Bonaparte, os grandes homens são como meteoritos, destinados a se desintegrar para iluminar o século em que viveram.

Seu único parente, ainda vivo, é a Senhora Hilda Maria Ramos Duarte, sua sobrinha, que se aposentou, em 1992, como Diretora da Biblioteca deste Tribunal. O peso da idade a impediu de vir presenciar a homenagem que esta Corte presta ao seu ilustre tio.

Ao chegar ao fim destas linhas senhor Presidente, que marcam pela saudade e admiração, recito a frase dita por *Hamsés II*, o Grande Faraó, quando falava a seus mestres construtores sobre a eternidade de iluminados Seres, numa referência a si mesmo, instigando-os a gravar, com zelo, em pedra, os grandes nomes, pois dizia: “Quando pronunciare o meu nome, eu viverei”. Fazendo a frase viajar na longa noite da História, diríamos que, a cada vez que pronunciamos o nome do Desembargador MÁRCIO MARTINS FERREIRA, estamos lhe trazendo à vida e dando vida longa ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Quis a bondade de um iluminado Presidente, Desembargador JOSÉ RENATO NALINI, que a homenagem ao Doutor Márcio, 49 anos depois de sua posse, viesse da sua querida Franca e levada a cabo por um daqueles Bandeirantes dos quatro cantos do Brasil. Somos paulistas por fidelidade e pelo ideal aqui cuidadosamente cultivado.

É o que tinha a dizer e dito *in pectori*.

Em nome do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Renato Nalini, falou o decano da Corte, desembargador Sérgio Jacintho Guerrieri Rezende, que conheceu o homenageado, grande amigo de seu pai. “Ele era apaixonado por Franca, foi de fato o primor da cidade”, disse o desembargador, que rememorou a forma como Ferreira era reconhecido e respeitado pela população. O decano lembrou, também, sua própria trajetória e a influência que o homenageado teve sobre ela. “A vida passa, estou chegando ao fim da carreira, mas estou feliz por ter mostrado a ele que cumpri aquilo que me disse uma vez: ‘seja um bom juiz, preste contas à população, pois nascemos para servir’”, contou.

Também participaram da cerimônia o presidente da Seção de Direito Privado, desembargador Artur Marques da Silva Filho; o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; o diretor secretário da Associação Paulista de Magistrados, juiz Ademir Modesto de Souza, representando o presidente; o juiz assessor da Presidência Ricardo Felício Scaff; o delegado chefe da assessoria policial civil do TJSP; Fábio Augusto Pinto; o oficial do Registro Civil do 4º Subdistrito de Nossa Senhora do Ó, Rodrigo da Costa Dantas, representando a Arpen/SP e a Anoreg/SP; o chefe de gabinete da Presidência do TJSP e decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; magistrados e servidores.

